

As farmácias e um ano de Governo

Paulo Cleto Duarte

Vivemos um diálogo que salvaguarda os interesses das partes, os doentes, o SNS, o Estado e as farmácias

Decorrido um ano de exercício de funções do actual Governo, é oportuno fazer hoje o balanço da política de saúde, na perspectiva das farmácias.

Como é sabido, a década anterior ao início de funções do actual Governo ficou marcada pela degradação contínua e acentuada da situação económica, financeira e profissional das farmácias portuguesas.

Não importa analisar agora as razões desse declínio. É passado, um passado de ataques sistemáticos ao sector, vindos dos sucessivos Governos que viram nas farmácias terreno fértil para afirmações de autoridade e austeridade, que os compromissos internacionais do Estado Português só em escassa medida justificavam.

Diferentemente desses tempos, vivemos hoje um clima de normalidade no relacionamento entre o Ministério da Saúde e as farmácias.

Ao clima de confrontação ou de diálogo de surdos, característico daqueles tempos, é justo dizer-se que vivemos hoje um clima de diálogo construtivo, cooperação e procura de soluções que salvaguardem os interesses legítimos de todas as partes, os doentes, o SNS, o Estado e as farmácias.

As farmácias sempre foram e continuam a ser um ponto de referência das famílias, na perspectiva da saúde.

E somos, por isso, diariamente interpelados sobre a actual situação económica e financeira do sector.

Está a recuperar? Continua em crise? Na situação actual, o sector é sustentável?

Antes de responder à pergunta, é preciso reconhecer que a crise das farmácias vai demorar anos a ultrapassar.

A crise mantém-se, mas o sector dá sinais de recuperação.

É isso que resulta invariavelmente de todos os estudos e de todas as análises feitas sobre as farmácias.

O número de novas farmácias que entra em situação de penhora ou de insolvência estabilizou, o que é um sinal positivo.

Para esta evolução, para além do enorme esforço que as farmácias têm feito na sua modernização, na qualificação dos recursos humanos – fazendo hoje de



Portugal um dos países da Europa com mais farmacêuticos por farmácia – e no controlo de custos, não podemos deixar de referir o relacionamento com o Ministério da Saúde no último ano.

No cumprimento do programa do Governo, o Ministério da Saúde definiu como um dos eixos centrais da sua política uma maior integração da farmácia no sistema de saúde, aproveitando a sua qualificação, a sua competência e a grande proximidade aos cidadãos.

A partir deste princípio, o Ministério da Saúde e as farmácias definiram uma agenda comum a favor dos doentes, da sustentabilidade do SNS e da viabilidade do sector de farmácias.

O cumprimento desta agenda é da maior importância para todos aqueles a quem ela se dirige.

As farmácias estão, assim, a atravessar um momento da maior

importância para o seu futuro.

A crise profunda que se abateu sobre elas começa agora a dar sinais de que pode ser ultrapassada.

Ao longo do último ano foram dados passos muito importantes no cumprimento da agenda consensualizada entre as farmácias e o Ministério da Saúde.

A revisão legislativa que acaba de ser publicada alarga a nossa função no domínio da prestação de serviços farmacêuticos e de promoção da saúde e bem-estar.

O diploma que previa a instalação de farmácias nos hospitais do SNS foi revogado.

O regime de incentivos ao desenvolvimento do mercado de genéricos foi publicado.

A remuneração da participação das farmácias no programa troca de seringas e a regulação dos descontos a praticar pelas farmácias aguardam publicação para breve.

A experiência-piloto de dispensa de terapêutica antirretrovírica pelas farmácias está prestes a passar das palavras aos actos.

É justo, por isso, fazermos um balanço positivo da política de saúde do último ano relativamente ao sector de farmácias.

Temos agora que ser capazes de concluir o processo negocial, com equilíbrio e sentido de justiça, de acordo com a agenda e os consensos oportunamente estabelecidos.

É necessário definir um critério objectivo e mais justo de remuneração das farmácias, aplicando gradualmente o princípio dos países de referência e pondo termo à injustiça e discriminação negativa das farmácias.

Este compromisso deve ser cumprido gradualmente, nos termos e *timings* que estão consensualizados.

Há várias outras matérias de interesse para os doentes, particularmente no domínio dos serviços farmacêuticos e saúde e bem-estar a prestar pelas farmácias, sobre as quais temos de continuar a trabalhar com a mesma determinação, boa-fé e a lucidez que nos trouxeram até aqui.

Temos muito trabalho pela frente. É difícil? Seguramente que é.

Mas o trabalho que realizámos conjuntamente no último ano também não era fácil.

As farmácias estão disponíveis para assumirem mais responsabilidades e mais riscos. À pergunta sobre a actual situação económica, financeira e profissional do sector, nós diremos que o sector ainda não está numa situação de sustentabilidade, mas que temos confiança no futuro, se continuarmos a trabalhar muito e a trabalhar bem.

Presidente da Associação Nacional de Farmácias

